

# JORNAL DO BRASIL

## Senado aprova CPMF da saúde

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem, em segundo turno, a criação por um prazo de 2 anos, do imposto Jatene, como já foi apelidada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), para financiar a saúde. Por 60 votos contra 12 e três abstenções, a nova contribuição “foi uma homenagem ao ministro da Saúde, Adib Jatene, que tanto lutou pelo imposto”, justificou o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES). “Acabamos com a hipocrisia”, comemorou o senador Bernardo Cabral (Sem partido-AM).

A recriação do antigo IPMF, em valor que não pode ultrapassar a 0,25% sobre cada folha de cheque, resultará em uma arrecadação de R\$ 6 bilhões para a Saúde. A emenda de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) será submetida à Câmara dos Deputados, uma vez que sua origem começou no Senado. Na Câmara, o ritual é mais complicado, e prevê a demora de no mínimo 52 sessões. “O novo

imposto só entrará em vigor em abril”, previu Valadares.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) relator da emenda, revelou que o governo estuda a possibilidade de reduzir a alíquota de 0,25%, para diminuir o impacto de sua aplicação. Segundo ele, o governo poderá fixar as alíquotas por faixas salariais. “É possível aplicar uma taxa menor para quem ganha até três salários mínimos”, informou Alcântara. Segundo ele, a garantia de que o novo imposto vai para a saúde, é a de que um dos artigos obriga “o produto da arrecadação ser destinado ao Fundo Nacional de Saúde”.

**PT** — Pela emenda aprovada, a contribuição ainda terá que ser regulamentada por lei para entrar em vigor. O líder do PT, Eduardo Suplicy (SP) que chegou a anunciar que seu partido poderá mudar de posição, apoiando a criação da contribuição social, explicou que o PT decidiu manter posição contrária porque o imposto é “reincidente”. E deu o exemplo

da venda de tecidos: “pagamos até sete vezes em cascata, pela compra, produção, comercialização, exportação, revenda, e outros”, exemplificou. Segundo Suplicy, 31,5% da população que tem conta bancária “é que vai pagar a conta”. Os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Marina Silva (PT-AC) queriam apoiar a emenda, mas acabaram votando contrariados obedecendo a posição do PT. Para o líder do PPS, Roberto Freire (PE) “será mais dinheiro para aplicar em fraudes”.

O líder do PSB preferiu se abster de votar contra a CPMF. Para Ademir Andrade (PA) “a situação da saúde é insuportável”, justificou. Na bancada governista, sete senadores — Belo Parga (PFL-MA), Emilia Fernandes (PTB-RS), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Flaviano Mello (PMDB-AC), Gilvan Borges (PMDB-AP), Jäder Barbalho (PMDB-PA), e Levy Dias (PPB-MS) — se somaram aos sete votos oposicionistas do PT, e PDT.